

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Leilão de energia deste mês tem 1.541 projetos.....	2
Título: Diretor da ANP diz não ter dúvidas sobre megaleilão	3
Título: Brasil diminui pela metade a importação de gás da Bolívia.....	5
Título: Curtas	7
Título: Vale vai gastar até US\$ 1,1 bi com Brumadinho este ano	7
Título: Mattar quer criar ‘atalhos’ para acelerar privatizações	8
Título: WEG compra V2COM e cresce em negócios digitais	10
Título: Projeto cria alternativa para financiar iluminação pública.....	11
Título: No México, fabricantes de aço vão revisar demanda global	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Cobiça em recursos do leilão dá rasteira na Previdência	14
Título: » ‘Tamo junto’	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Deputados insatisfeitos travam PEC de repartição de megaleilão.....	16
Título: Interesses políticos pleiteiam mais dinheiro do pré-sal	18
Título: Saiba como funciona a partilha de recursos.....	20
Título: Disputa sobre rateio das verbas não tem impacto no cronograma, diz ANP	22
Título: Lá vem o sol	24
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Senadores mostram querer mais verbas e atenção	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26
Título: Crise institucional pelo pré-sal.....	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Leilão de energia deste mês tem 1.541 projetos**

Empreendimentos habilitados somam capacidade instalada de 71.385 megawatts (MW), 42,5% da capacidade instalada de todo o parque gerador brasileiro

Um total de 1.541 projetos de geração de energia foi habilitado para o próximo leilão de energia nova, marcado para 18 de outubro, de acordo com relatório divulgado ontem pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O leilão, do tipo “A-6”, contratará energia de novos empreendimentos com início de fornecimento seis anos à frente (2025).

Segundo o documento da estatal, os projetos habilitados somam uma capacidade instalada de 71.385 megawatts (MW). O volume equivale a 42,5% da capacidade instalada de todo o parque gerador brasileiro atual.

A fonte de energia com o maior número de empreendimentos habilitados é a eólica, com 760 projetos, seguida pela solar fotovoltaica, com 685 usinas. As duas fontes também lideram o ranking de oferta: os projetos solares somam 24.753 MW, enquanto as eólicas totalizam 22.550,6 MWW de capacidade.

As termelétricas a gás natural vêm logo em seguida com 21.580 MW, provenientes de 26 projetos. Ainda com relação à termelétricas, estão habilitadas 20 usinas a biomassa (829 MW) e duas plantas a carvão (940 MW).

Completam a lista 48 projetos hidrelétricos. Desses, porém, apenas três são de maior porte: Juruena (MT), de 48,5 MW; Engenheiro Érico Bitencourt de Freitas (GO), 39,5 MW; e Salto Duran (GO), 39,5 MW. Juntas, as três usinas somam 127,5 MW de potência instalada.

As demais hidrelétricas são de menor porte. São 37 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs, usinas com capacidade entre 5 MW e 30 MW), que

totalizam 586,8 MW instalados. E oito centrais geradoras hidrelétricas (CGHs, com menos de 5 MW), somando 18,1 MW de potência.

Entre os Estados, a Bahia lidera a oferta habilitada para o leilão, com 16.750 MW de capacidade, a partir de 482 empreendimentos de todas as fontes. O volume equivale a quase um quarto (23,5%) de toda a oferta do certame. Em seguida, estão Rio Grande do Norte (10.161 MW), Piauí (7.961 MW) e Ceará (6.325 MW).

Segundo a EPE, ao todo 84,2% do total de projetos inscritos foram habilitados. Com relação à potência, o volume habilitado corresponde a 70,9% da capacidade inscrita. Foram inscritos 1.831 empreendimentos, com um total de 100.968 MW.

De acordo com o edital do leilão, o preço-teto para a fonte eólica é de R\$ 189 por megawatt-hora (MWh). Para a fonte solar, o preço máximo é de R\$ 209/MWh. Todos os projetos hidrelétricos têm preço-teto de R\$ 285/MWh, enquanto o preço máximo para todas as termelétricas será de R\$ 292/MWh.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Diretor da ANP diz não ter dúvidas sobre megaleilão

Décio Oddone confirma certame para o dia 6 de novembro

Mesmo com a demora do aval do Tribunal de Contas da União (TCU), para a realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse ontem que “não tem dúvida” de que a rodada ocorrerá na data prevista (6 de novembro). A análise do relatório final da licitação pelo plenário da agência foi marcada para o próximo dia 9, a menos de um mês do megaleilão.

“Do ponto de vista regulatório o leilão está pronto. Do ponto de vista político está cada vez mais pronto, vai acontecer em 6 de novembro, não tenho dúvida”, disse Oddone, ao ser questionado sobre os riscos de a rodada não ocorrer.

O diretor da ANP afirmou que o número de inscritos para o leilão dos excedentes superou as expectativas e que está otimista com os resultados das três licitações de óleo e gás previstas para 2019 - além do leilão dos excedentes,

a agência promoverá a 16ª rodada de concessões, no dia 10 de outubro, e a 6ª rodada de partilha do pré-sal, no dia 7 de novembro.

“Serão leilões bem-sucedidos”, afirmou ele, após participar de evento promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, no Rio de Janeiro.

A ANP habilitou, ao todo, 14 empresas para o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, que ofertará os volumes que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito de produzir nas áreas de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, no pré-sal. Os quatro ativos somam um bônus de assinatura de R\$ 106 bilhões.

A lista de inscritos mostra que a disputa se dará entre figurinhas carimbadas que já atuam em águas profundas no Brasil. A exceção é a Petronas, da Malásia, que ainda não possui contratos de exploração e produção no país - embora tenha assinado um acordo com a Petrobras, ainda não fechado, para compra de 50% dos campos de Tartaruga Verde e do Módulo III de Espadarte (Bacia de Campos), por US\$ 1,293 bilhão. Petrobras, ExxonMobil, Shell, BP, Equinor, Total e Chevron (todas com expertise na operação de ativos em águas profundas), as chinesas CNODC e CNOOC, a Qatar Petroleum, Petrogal, Wintershall e Ecopetrol são os demais habilitados.

Para Oddone, o leilão dos excedentes promete mudar a indústria brasileira de óleo e gás de patamar. Ele destacou que o Brasil arrecadará, daqui a dez anos, cerca de R\$ 300 bilhões/ano com a produção de óleo e gás, contando tudo o que União, Estados e municípios arrecadarão com royalties e participações especiais, além de Imposto de Renda e com as receitas da venda do óleo e gás da União, no regime de partilha. A arrecadação será fortemente puxada pelo aumento esperado na produção. A ANP estima que ao fim da próxima década o Brasil tenha condições de produzir cerca de 7 milhões de barris diários de petróleo.

Ontem, a ANP informou que a produção nacional de petróleo bateu novo recorde em agosto, de 2,989 milhões de barris diários, o que representa uma alta de 7,7% frente ao patamar histórico de julho (2,775 milhões de barris/dia). Ao todo, 64% do volume produzido no país é oriundo do pré-sal, que em agosto produziu 1,928 milhões de barris/dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/10/2019****Seção: Internacional****Autor: Marsílea Gombata — De São Paulo****Título: Brasil diminui pela metade a importação de gás da Bolívia**

O Brasil vem comprando cada vez menos gás da Bolívia. O volume médio importado atualmente é menos da metade do de quatro anos atrás. A redução das importações pressiona a economia boliviana, que vem se deteriorando desde o fim do boom das commodities.

No acumulado do ano até julho, o Brasil comprou em média 15,2 milhões de metros cúbicos por dia, contra a média de 32,03 milhões de m³ /dia que comparava há quatro anos, segundo o **Ministério de Minas e Energia**.

Nos sete primeiros meses deste ano, a venda de gás ao Brasil gerou para a Bolívia uma receita de US\$ 661,58 milhões, contra US\$ 817,09 milhões no mesmo período de 2018, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços brasileiro.

Depois do Brasil, a Argentina é o segundo maior comprador do gás boliviano e também vem reduzindo as importações de gás do país vizinho. Importa atualmente uma média anual de 15 milhões de m³ /dia, contra 20 milhões de m³ /dia de quatro anos atrás.

A produção de gás da Bolívia hoje é de 44,55 milhões de m³ /dia, contra a média de 58, 4 milhões de m³ /dia em 2015. Brasil e Argentina compram a maior parte do gás produzido pela Bolívia.

As razões por trás da queda das compras de gás da Bolívia diferem. Na Argentina, a produção de gás de xisto na região de Vaca Muerta tem diminuído a necessidade de se importar o produto da Bolívia.

No caso do Brasil, um dos motivos que explicam a redução das importações de gás boliviano é o preço menor do gás natural liquefeito (GNL) no mercado internacional. Isso levou o Brasil a importar mais GNL e reduzir a compra na Bolívia, segundo a Petrobras.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o preço médio do GNL importado pelo Brasil caiu de US\$ 7,2 por milhão de Btu, em maio deste ano, para US\$ 4,6 por milhões de Btu em junho - o menor valor desde junho de 1986.

Mauro Chavez, analista da consultoria Wood Mackenzie, acrescenta outros três pontos responsáveis pela menor demanda do Brasil. “Mais chuvas e aumento

da capacidade de geração de energia de Belo Monte, maior penetração de fontes de energia renováveis e aumento da produção do pré-sal também explicam por que o Brasil tem comprado menos”, afirma.

Chavez estima que esse cenário não se manterá no médio prazo, pois os preços de GNL devem subir. “O preço atual mal paga o investimento de capital das plantas de liquefação, não se mantém por muito tempo. Os preços devem começar a crescer em 2021”, diz. Ele acrescenta que a questão da hidrologia, por sua vez, é incerta, e um período mais seco pode elevar a demanda pelo gás boliviano.

O fato de o Brasil ter agora um governo de direita, com Jair Bolsonaro, e a Bolívia seguir com o esquerdista Evo Morales também pesa para o país importar menos da Bolívia, afirma Osvaldo Nina, do Instituto de Estudos Avançados em Desenvolvimento (Inesad), em La Paz. “É uma decisão mais política do que econômica”, diz Nina. “Bolsonaro tem posição ideológica diferente do governo da Bolívia, e esse não alinhamento acaba se refletindo na compra de gás.”

Nina diz que, se o Brasil não precisasse do gás boliviano, o Mato Grosso não compraria mais, como tem feito. Contrato assinado em setembro prevê que a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) envie 1,5 milhão de m³ /mês à Companhia Matogrossense de Gás (MT Gás). O transporte é feito pelo Gasoduto Lateral Cuiabá, que vai de Cáceres, na fronteira com a Bolívia, a Cuiabá.

A maior parte da compra do gás da Bolívia é feita pela Petrobras, por meio do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), pelo contrato entre a petroleira brasileira e a YPFB. O acordo tem vigência até 31 de dezembro deste ano e é “automaticamente prorrogado até que todo o volume máximo contratado seja retirado pela petroleira [brasileira]”, segundo a Petrobras.

Como o Brasil tem importado abaixo da capacidade máxima contratada, de cerca de 30 milhões de m³ /dia, a Petrobras fica com crédito. O prazo dependerá da capacidade de se importar o excedente não consumido. “Nesse ritmo atual, esse crédito pode durar até 2023”, diz Chavez.

No próximo contrato, ele diz, a ideia é que outras empresas além da Petrobras possam comprar o gás boliviano. O Gasbol, operado pela Petrobras, também deve ser aberto a outras empresas. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) está promovendo chamada pública e receberá as propostas no dia 21.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/10/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Minério estável

Os preços do minério de ferro seguiram estáveis no mercado transoceânico, em semana marcada pelo feriado prolongado na China iniciado ontem. De acordo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao permanece em US\$ 93,38 a tonelada, com ganho de 28,4% em 2019. Por causa do feriado, não houve sessão na Bolsa de Commodity de Dalian.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/10/2019****Seção: Empresas****Autor: Marcelle Gutierrez e Francisco Góes — De São Paulo e do Rio****Título: Vale vai gastar até US\$ 1,1 bi com Brumadinho este ano**

Vale atualiza projeções de 2019 e prevê desembolsar entre US\$ 900 milhões e US\$ 1,15 bilhão este ano com Brumadinho

A Vale atualizou ontem projeções sobre os resultados operacionais previstos para 2019 e também indicou quais serão as despesas que terá neste e nos próximos três anos referentes ao desastre de Brumadinho (MG), onde ocorreu um rompimento de barragem, em 25 de janeiro, que causou a morte de 250 pessoas, sendo que ainda há outras 20 desaparecidas. Em 2019, a mineradora prevê desembolsar entre US\$ 900 milhões e US\$ 1,15 bilhão com os efeitos de Brumadinho, número que vai subir para US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2,1 bilhões em 2020. Em 2021 os valores deverão ficar entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão e, em 2022, entre US\$ 200 milhões e US\$ 500 milhões.

Nos indicadores operacionais, a mineradora previu que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) deverá situar-se neste ano entre US\$ 10,8 bilhões e US\$ 12,9 bilhões. Um analista disse que o número exclui os US\$ 6 bilhões já provisionados pela empresa para Brumadinho, e avaliou que a mineradora está sendo “conservadora” uma vez que ainda não reportou o resultado do terceiro trimestre, que será conhecido no dia 24 deste mês. Em

2018, a Vale teve um Ebitda ajustado de US\$ 16,5 bilhões, acima dos US\$ 15,3 bilhões de 2017.

Em apresentação a analistas na sede da empresa, no Rio, a mineradora também indicou que deve retomar 30 milhões de toneladas de produção de minério de ferro em 2020 e 25 milhões de toneladas em 2021. Significa que a retomada de produção, em dois anos, será de 60 milhões de toneladas considerando ainda um volume de 5 milhões de toneladas adicionais no segundo semestre de 2019. Retomadas nas minas de Alegria, Timbopeba e Fabrica (MG) são as que devem ocorrer de forma mais rápida.

A Vale também informou que a retomada da produção na área de ferrosos e o avanço do S11D, empreendimento em Carajás (PA), vão levar a uma redução de custos. O chamado custo caixa C1, que contempla o custo de produção do minério de ferro da mina até o porto, deve cair de US\$ 17,60 por tonelada, no segundo trimestre deste ano, para US\$ 15 a US\$ 16 por tonelada, no terceiro trimestre, e para US\$ 13 a US\$ 14 por tonelada, no quarto trimestre de 2019.

Em relação aos investimentos, a mineradora projeta aplicar entre US\$ 3,6 bilhões e US\$ 3,8 bilhões em 2019, enquanto o fluxo de caixa deve ficar entre US\$ 6,5 bilhões e US\$ 9,4 bilhões neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle — De Brasília

Título: Mattar quer criar 'atalhos' para acelerar privatizações

O secretário Especial de Desestatização e Desinvestimento, Salim Mattar, quer criar atalhos, mediante alteração da lei 9.491/1997 - que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) - para acelerar as privatizações. Atualmente gasta-se entre um ano e meio e dois anos para cumprir os trâmites burocráticos necessários para a venda de uma estatal. Assim, pelo cronograma de Mattar, a Eletrobras só será privatizada em novembro de 2020, a Empresa Gestora de Ativos da Caixa (Emgea), em julho de 2020, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em fevereiro de 2021, e a Casa da Moeda, em junho de 2021.

“Você está vendo a dificuldade para se privatizar? Isso está sendo um calo no nosso pé. Estamos tentando um ‘fast track’. Estamos vendo o que é preciso fazer de aditivo na lei 9.491 para ser um ‘fast track’”, adiantou Mattar, em conversa com o **Valor**.

“O presidente Jair Bolsonaro é o maior privatista que temos. Ele tem dois objetivos na privatização: acabar com um foco de corrupção e tirar o governo de áreas em que a iniciativa privada pode assumir”, salientou. “Estamos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia, gás, exploração de petróleo, refino e distribuição de combustíveis, bancos, cartão de crédito, seguro, resseguro, hospitais, chips [Ceitec, empresa que produz chip para gado].” Em tese, todas as empresas públicas federais poderiam ser transferidas para o setor privado, mas o secretário continua com a orientação original de Bolsonaro, de que seu governo não pretende privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa.

Na última reunião do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), foram colocados à venda 16 empresas públicas federais mais as ações do Banco do Brasil que excedem o controle da União, que devem resultar em uns R\$ 8 bilhões.

Agora, o secretário está negociando com os ministros setoriais a inclusão de outras seis empresas na listagem do PPI.

Mattar volta ao tema que o incomoda, a demora do processo de privatização. “O Estado foi feito instintivamente. Não houve uma reunião dos servidores nem dos congressistas. Não teve um encontro na Escola Nacional de Administração Pública para dizer: ‘Vamos montar um arcabouço legal aqui que impeça a redução do Estado’. No entanto, na hora de vender uma empresa somos remetidos à lei do PND, de nº 9.491, que diz que toda empresa em que a União for majoritária tem que ir para o PPI e, depois, tem que ser incluída no PND.” De lá ela vai para o BNDES, que tem, segundo ele, um histórico de não ser muito rápido no seu desempenho. “O Montezano [Gustavo Montezano, presidente da instituição] e a nova diretoria do BNDES devem dar um pouco de celeridade aos processos”, acredita ele.

Da lista de estatais já incluídas no rol das privatizações pelo menos três precisam de lei específica: Eletrobras, Correios e Casa da Moeda.

Embora o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tenha dito recentemente que cerca de 48 senadores do Norte e do Nordeste estão contra a venda da Eletrobras, o secretário cita que Rodrigo Maia, presidente da Câmara, é muito receptivo a essa ideia. “A Eletrobras precisa investir R\$ 14 bilhões por ano nos próximos cinco anos, mas tem somente uns R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. O Estado não tem dinheiro para colocar na empresa.” Ainda que tivesse, a produção de energia não seria prioridade frente às inúmeras demandas sociais urgentes que o país aguarda para serem atendidas.

Mattar disse que o Tribunal de Contas da União está “comprometido com o nosso programa de privatização” e que também discute como acelerar as etapas que precisam ser cumpridas.

A inquietação em relação à demora não é apenas do secretário. “O presidente [Bolsonaro] fica me perguntando: Cadê as privatizações? Como superar isso? Só com um ‘fast track’ benfeito”, arrematou sem ter, ainda, a solução jurídica para tanto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia — De São Paulo

Título: WEG compra V2COM e cresce em negócios digitais

Aquisição do controle da V2COM reforça estratégia de oferecer mais soluções na Indústria 4.0 aos clientes

A aquisição do controle da V2COM, empresa brasileira de telemedição, reforça a estratégia da WEG de crescer no segmento de negócios digitais, oferecendo soluções cada vez mais completas aos clientes no contexto da Indústria 4.0, disse Manfred Peter Johann, diretor superintendente da WEG Automação.

Fundada em 2002, a V2COM tem como principal expertise a implementação de telemetria e relatórios para concessionárias e prestadoras de serviço de energia elétrica, além de distribuidoras de água e gás, por exemplo. Hoje, a empresa tem sob seu monitoramento ativos que somam mais de 30 gigawatts (GW) de energia.

“Com a aquisição, além de manter a base importante que eles têm nas concessionárias de energia, vamos trabalhar também para levar as soluções para a indústria”, disse o executivo.

A WEG criou recentemente a área de negócios digitais, com objetivo de entrar em nichos de mercado que serão criados com a inserção da Indústria 4.0 no Brasil. “A indústria ganha com isso eficiência. O custo de uma solução dessas precisa ser compatível com o ganho que será obtido”, disse Peter Johann. O foco dessa unidade, por enquanto, é em consolidar este mercado no Brasil. Posteriormente, a companhia avalia atuar em outros mercados.

Essa é a segunda aquisição da WEG no segmento de negócios digitais em menos de um mês. Em 4 de setembro, a companhia anunciou a aquisição do controle da PPI-Multitask, focada em soluções também para a Indústria 4.0. A empresa é especializada nas soluções MES (sigla em inglês para sistemas de execução de

manufaturas), que são a “espinha dorsal” da Indústria 4.0 ao permitir o monitoramento dos processos e produtos em tempo real.

“A PPI-Multitask pega dados e os trabalha dentro de um software, que faz otimizações dentro de uma unidade industrial. A V2COM vai entrar com a coleta de dados”, disse Peter Johann. “Vamos oferecer os dois serviços. O que estamos criando é um ecossistema para a área digital”, afirmou.

Pelo acordo fechado ontem, a WEG ficou com 51% da V2COM, com a opção de aquisição dos 49% restantes em até cinco anos. O valor da transação não foi informado. A companhia, que tem uma fábrica em Florianópolis e sede em São Paulo, tem 56 funcionários e faturou R\$ 37 milhões em 2018. **(Colaborou Raquel Brandão)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Projeto cria alternativa para financiar iluminação pública

Proposta em discussão no Congresso prevê alterar regra de financiamento de programas de eficiência energética

As prefeituras poderão contar com uma fonte alternativa de recursos para investir na modernização do parque de iluminação pública se o Congresso Nacional alterar a regra de financiamento de programas de eficiência energética do setor. A apresentação da proposta de mudanças da legislação federal foi formalizada anteontem pelo deputado federal João Maia (PL-RN), com o projeto de lei 5.296/19.

O projeto tem o objetivo de assegurar 40% dos recursos dos Programas de Eficiência Energética (PEE) para os projetos de iluminação pública. No ano passado, o setor aplicou R\$ 570 milhões em iniciativas para melhora de eficiência.

Esse dinheiro vem da obrigação das concessionárias de distribuição de investir 0,4% da receita operacional líquida nos PEEs. Os projetos são aprovados e fiscalizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A proposta de ajuste na legislação nasceu dos trabalhos da comissão especial que discute a atualização dos marcos legais das concessões e das parcerias

público-privadas (PPP), criada pelo presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ). O autor do projeto partiu do diagnóstico que aponta entraves enfrentados para levantar recursos ou firmar contratos com o setor privado para gerir e promover a modernização da iluminação pública.

Assim como as áreas de saneamento básico e mobilidade urbana, a iluminação de áreas públicas é de responsabilidade dos municípios. A maioria das prefeituras não consegue propor soluções para aperfeiçoar sistemas por restrição orçamentária e falta de regras que dão segurança para a chegada do investidor privado.

Os contratos de PPP têm sido usados por municípios de grande e médio portes. Na justificativa da proposta, o deputado ressalta que somente a substituição de luminárias de sódio e mercúrio pela tecnologia de LED cortaria pela metade a despesa de R\$ 1,5 bilhão por ano com o consumo de energia - ou seja, os municípios teriam um alívio de despesa de R\$ 750 milhões.

O PL 5.296/19 ainda está em análise na mesa diretora da Câmara. O autor do projeto negocia com o presidente da casa um caminho de tramitação mais célere. Ele defende que o texto seja analisado apenas nas comissões de Minas e Energia (CME) e Constituição e Justiça (CCJ) em caráter terminativo. Com isso, a matéria não precisaria passar pelo plenário da Câmara para ser enviada à tramitação final no Senado.

A expectativa do setor é que sejam replicadas experiências como a de Belo Horizonte, onde uma PPP viabilizou a instalação massiva de lâmpadas de LED, que funcionam com sistemas inteligentes de telegerenciamento - controladas a distância. Outras prefeituras buscam seguir modelos como esse. São os casos de Porto Alegre, com licitação prevista para este ano, São Paulo, com dificuldade em resolver pendências na Justiça, e Rio de Janeiro, que tenta resolver impasse sobre modelo com o Tribunal de Contas do Estado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: No México, fabricantes de aço vão revisar demanda global

Em seu tradicional encontro, que neste ano ocorre na cidade de Monterrey, México, na próxima semana, os produtores mundiais de aço vão apresentar novas projeções de demanda para 2019 e 2020. A expectativa maior dos

participantes da assembleia anual da World Steel Association, que representa fabricantes de mais de 60 países, são os números da China, país responsável por quase metade de todo o aço consumido no mundo.

O Comitê de Economia da Worldsteel divulgará na segunda-feira, dia 13, a revisão das estimativas feitas em abril para este ano e o próximo, lançando novos números para o fechamento dos dois exercícios. Esses números poderão mostrar efeitos da guerra comercial travada entre EUA e China.

Nas projeções de abril do Short Range Outlook (SRO) da entidade, se previa um crescimento de 1,3% para a demanda mundial de produtos siderúrgicos em 2019, num total de 1,73 bilhão de toneladas. Para o próximo ano, o índice caía para 1%.

A China, embora tenha mantido um ritmo frenético na produção, já indicava desaceleração no consumo de aço: de expansão de 7,9% em 2018, tinha previsão de 1% neste ano e queda de 1% no próximo. No entanto, o SRO observava que o governo central chinês forçou o fechamento de dezenas de altos-fornos obsoletos, o que não era capturado nas estatísticas oficiais. De fato, o crescimento deve ter ficado em 2,1%.

Tirando a China, cujos números oscilam conforme as decisões do governo central de Pequim, na Ásia o Sudeste asiático e a Índia mantêm-se firme na expansão da demanda: continuam com previsões de alta na demanda neste e no próximo ano. O SRO de abril apontava índices variando de 5% até mais de 8% para as duas regiões produtoras.

Outros indicadores também retratam o comportamento do mercado global da siderurgia. Por exemplo, os estudos do Comitê do Aço da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo mostra, de janeiro a junho de 2019 houve um declínio acentuado nas condições do mercado mundial de aço, com deterioração das margens de lucro.

Segundo Germano Mendes de Paula, professor doutor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e titular da instituição, os estudos desse comitê mostram que após algumas melhorias, em 2016 e 2017, a rentabilidade e o endividamento médio das empresas siderúrgicas pioraram novamente em 2018.

Conforme esse órgão da OCDE, o comércio de aço registrou queda em 2018, com uma contração nas exportações globais de 14,4 milhões de toneladas (-5,2%). Essa tendência continuou no primeiro trimestre de 2019, com os embarques mundiais caindo 2,6 milhões de toneladas em relação ao primeiro trimestre de 2018.

Sobre a China, Mendes de Paula destaca que o ritmo de crescimento da produção e do consumo é muito acima do esperado, seja no acumulado do ano, seja em agosto, último mês com informação disponível. “No entanto, cabe destacar que o incremento de agosto é uma antecipação do pico de demanda (usualmente em setembro e outubro) ou devido à aplicação das políticas antipoluição mais rigorosas na produção nas principais províncias siderúrgicas do país.

Ele lembra que nos Estados Unidos - segundo maior mercado global até 2018 - a imposição pelo governo de Donald Trump da Seção 232 (pesadas tarifas sobre importações de aço) ajudaram inicialmente o nível de utilização da capacidade instalada da indústria siderúrgica local a ultrapassar 80% no ano passado, depois de permanecer abaixo desse nível por anos.

No entanto, observa o especialista da UFU, a maior produção doméstica, impulsionada pela capacidade adicional, contribuiu para o acentuado declínio nos preços do aço nos EUA neste ano - cerca de 21,5% para bobina laminada a quente no primeiro semestre). O nível de utilização da capacidade instalada reduziu de 83% em meados de março de 2019 para 78% na última semana de setembro de 2019.

Segundo Mendes de Paula, estima-se que as siderúrgicas americanas possam aumentar a capacidade operacional (incluindo a retomada de plantas que estão ou estavam paralisadas) em 20% no período 2018-2022, o que pode pressionar ainda mais os preços a longo prazo.

Ele cita o caso da Nucor Steel, que pode ser considerada a siderúrgica da América do Norte mais resiliente. O preço da ação da companhia em março de 2018 (quando a seção 232 foi imposta) era de US\$ 61; atualmente é de US\$ 51. Na concorrente US Steel, os respectivos valores são de US\$ 35 e US\$ 11,50. “O que não deixa de ser revelador quanto às perspectivas da siderurgia norte-americana”, acrescenta o especialista.

O SRO de abril, da Worldsteel, projeta para o mercado americano aumento de 1,3% na demanda deste ano. Já para 2020, aponta uma desaceleração, indo a 0,3%, no consumo de aço, bem abaixo dos 2,5% registrados em 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/10/2019

Seção: Economia

Autor: ANÁLISE: Adriana Fernandes

Título: Cobiça em recursos do leilão dá rasteira na Previdência

A cobiça pelo dinheiro do megaleilão do pré-sal marcado para novembro contaminou de vez a votação da reforma da Previdência e amplificou a disputa entre os caciques do Congresso que, para complicar o cenário, está longe de terminar. Com arrecadação estimada de R\$ 106,5 bilhões, o leilão do direito de exploração dos barris de petróleo da área da cessão onerosa do pré-sal é o maior do mundo. Uma daquelas oportunidades únicas que os governantes têm para encher o cofre. Dificilmente haverá nos próximos anos um bolo de receita desse tamanho para ser dividido entre União, Estados e municípios.

Se o cenário é de crise fiscal, o leilão vira uma espécie de salvador da pátria. É natural, portanto, que a disputa entre governadores e prefeitos chegasse ao Congresso, dividindo Câmara e Senado. Mas ela acabou de alguma forma sendo fermentada pelo discurso patrocinado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro de “menos Brasília e mais Brasil”. O Senado ficou do lado dos governadores e a Câmara, dos prefeitos. Essa divisão ficou mais clara quando senadores ameaçaram parar a reforma da Previdência após a votação do primeiro turno. Sem cerimônia, a insatisfação foi atribuída ao risco de a divisão dos recursos do megaleilão do petróleo ser alterada na Câmara.

Os governadores entraram em rota de colisão com a Câmara depois que ficou claro que a intenção era diminuir a fatia deles no bolo da cessão onerosa e aumentar a dos prefeitos. Faltando um ano para as eleições municipais, os deputados buscam uma agenda para reforçar o caixa das prefeituras. Na outra ponta, o Senado tenta irrigar receitas para que os Estados falidos saiam do buraco. Faltou a liderança do governo, especialmente da equipe econômica, para evitar a crise federativa em ebulição e que tem por trás também a disputa pelo bolo do chamado “pacto federativo” proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e que, é claro, ecoa na tramitação da reforma tributária.

Os articuladores do ministro Paulo Guedes na operação para viabilizar o leilão erraram ao aceitar fechar, na semana passada, o acordo que fatiou a PEC da cessão onerosa e deixar para depois a definição da forma de partilha do dinheiro do megaleilão do pré-sal. Tudo isso às vésperas da votação da reforma Previdência. O acordo foi comemorado porque abriu o caminho para o leilão, marcado para o dia 6 de novembro. Faltando apenas o aval do Tribunal de Contas da União. Mas ficou faltando combinar com a outra parte, justamente a que envolve a divisão do dinheiro. Não estava amarrado de fato.

Os presidentes Rodrigo Maia (Câmara) e Davi Alcolumbre (Senado), com Guedes, vão ter de sair logo desse enrosco para não comprometer o leilão e trazer segurança para os investidores. A edição de uma medida provisória pelo governo para a divisão do dinheiro surge como uma saída. Sem falar, que há lideranças de olho em reduzir a fatia do leilão que o governo federal vai receber. Não dá para esquecer que o dinheiro era da União, mas o governo acenou com

a divisão ainda na transição, após as eleições. A PEC do pacto federativo, que em teoria significa mais dinheiro para governadores e prefeitos, está em risco antes de começar a tramitar. Guedes prometeu tirar da PEC cada bilhão que os senadores tiraram da reforma da Previdência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: » 'Tamo junto'.

Coluna do Broadcast

Já na mesa do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, a disputa entre a Refinaria de Manguinhos, rebatizada de Refit, e o governo de São Paulo em torno do ICMS ganhou reforço. O Sindicato Varejista de Combustíveis do Município do Rio de Janeiro (Sindicomb) acaba de ingressar com um pedido de "amicus curiae", ou seja, os donos dos postos querem ingressar na ação, pois têm interesse no julgamento contra a refinaria. Enquanto isso, um grupo de 37 postos paulistas de bandeira branca fez o mesmo movimento, mas do outro lado do ringue, em defesa da Refit.

» **Boa fonte.** A Neoenergia deve de buscar financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos de fomento estrangeiros para a construção de dez parques eólicos no Piauí e na Bahia. O investimento aprovado em setembro é de R\$ 1,9 bilhão e apenas uma parte virá do caixa do grupo. A companhia não descarta ir a mercado com uma nova emissão de debêntures, no embalo do sucesso da maior debênture de infraestrutura com selo "verde" já realizada no Brasil. A Neoenergia levantou R\$ 1,3 bilhão com a operação em junho. Procurada, a Neoenergia não comentou.

COM CIRCE BONATELLI, MARIANA DURÃO E CRISTIAN FAVARO

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Danielle Brant

Título: Deputados insatisfeitos travam PEC de repartição de megaleilão

Objetivo é conseguir elevar a receita dos municípios na partilha de recursos

Brasília- Deputados de estados descontentes com o modelo de repartição de recursos do megaleilão de campos do pré-sal conseguiram, nesta quarta (2),

travar o avanço da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que está sendo apreciada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

O texto apreciado na Câmara traz pontos não consensuais da emenda à Constituição promulgada na quinta (26) por Davi Alcolumbre (DEM-AP) e pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O acordo foi firmado com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e autoriza que os valores pagos pela União à Petrobras e a estados e municípios não sejam contabilizados no cálculo do teto de gastos.

A proposta aprovada no Senado destina 15% dos recursos para estados e ao Distrito Federal, 15% para municípios e 3% para o estado do Rio de Janeiro, onde ficam as áreas do pré-sal. Na Câmara, porém, há divergências sobre os percentuais de repartição.

Os parlamentares da CCJ se reuniram em sessão para ouvir o relator da PEC paralela, o deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), que deu parecer favorável à admissibilidade da proposta. A análise é uma das etapas de tramitação. Nessa fase, no entanto, não é possível sugerir alterações à proposta — é analisada apenas a constitucionalidade.

Se aprovada, será instalada uma comissão especial. Depois, a PEC paralela segue para o plenário da Câmara. Antes da votação na CCJ, no entanto, alguns deputados pediram vista do projeto, o que retarda a votação em duas sessões, segundo regimento da Casa.

O descontentamento com os termos da PEC foi manifestado por vários deputados, incluindo o relator Aureo Ribeiro, que afirmou que vai apresentar na comissão especial emenda para aumentar para 20% os recursos para municípios, enquanto estados e o DF ficariam com 10%.

“Essa medida poderá desafogar muitos municípios que estão com suas contas no vermelho, além de serem as populações mais se beneficiam com os recursos transferidos pelo governo federal.”

Deputados como Samuel Moreira (PSDB-SP) e delegado Waldir (PSD-GO) foram alguns dos que pediram vista do projeto. Moreira criticou a proposta de Ribeiro de reduzir o valor aos estados em benefício dos municípios.

“São Paulo não quer nada mais que os outros, mas um critério minimamente que eleve um pouquinho o valor [R\$ 93 milhões que o estado receberia, segundo a PEC]”, afirmou. “Precisa ter uma negociação simples, política, normal, legítima e transparente. Não vai prejudicar em nada o tempo. Vai dar certo”.

O adiamento pode interferir na votação do segundo turno da reforma no Senado, conforme admitiu Davi Alcolumbre. O texto-base foi aprovado em primeiro turno na terça. Nesta quarta, senadores votam os destaques (propostas que alteram o projeto).

Se aprovada, será instalada uma comissão especial. Depois, a PEC paralela segue para o plenário da Câmara. Antes da votação na CCJ, no entanto, alguns deputados pediram vista do projeto, o que retarda a votação em duas sessões, segundo regimento da Casa.

Deputados como Samuel Moreira (PSDB-SP) e delegado Waldir (PSD-GO) foram alguns dos que pediram vista do projeto. Moreira criticou a proposta de Ribeiro de reduzir o valor aos estados em benefício dos municípios.

“São Paulo não quer nada mais que os outros, mas um critério minimamente que eleve um pouquinho o valor [R\$ 93 milhões que o estado receberia, segundo a PEC]”, afirmou. “Precisa ter uma negociação simples, política, normal, legítima e transparente. Não vai prejudicar em nada o tempo. Vai dar certo”.

O adiamento pode interferir na votação do segundo turno da reforma da Previdência no Senado, conforme admitiu o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Em meio às discussões, governadores pediram mais prazo para analisar a PEC. Sem o apoio, a segunda votação correria risco. Caso a PEC emperre, uma das saídas seria o governo editar uma medida provisória para regulamentar a distribuição dos recursos, segundo Alcolumbre.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Carlos Melo

Título: Interesses políticos pleiteiam mais dinheiro do pré-sal

Cientista político e professor do Insper

Política é justamente o instrumento pensado para (tentar) conciliar interesses.

Não adianta brigar com os fatos: mesmo quando o interesse comum se pronuncia, os interesses particulares gritam. E, então, é necessário saber articular um ao outro; estabelecer uma ordem de prioridades e fluxos de tempo para que cada interesse possa se estabelecer.

Enfim, buscar acordos e ou consensos. É a arte da política.

Outra possibilidade é a persuasão por intermédio da opinião pública. Mobilizar as pessoas, fazê-las compreender e agir em razão da importância do que está em jogo. Agitar o debate e vencê-lo. Atropelar interesses e constranger adversários por meio da imposição de uma liderança política capaz de sintonizar o país com legítimos interesses.

Não se trata de força física, é claro; mas de jeito. Esta também é uma forma de política.

Membros do governo têm se equivocado com a aprovação, pelo Congresso, de medidas de interesse do Poder Executivo. A rápida e até surpreendente tramitação da reforma da Previdência na Câmara foi exemplo disto. Na narrativa do governo, ela se deu em virtude de sua força e fascínio; vestem-se com omanto do auto engano, quando, na verdade, o que se aprovou foi apesar e a despeito do Governo.

A reforma andou entre os deputados porque uma nova elite tem conseguido impor a sua direção, se estabelecer como liderança.

Seu principal nome, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em que pese os ataques sofridos nas redes sociais do bolsonarismo, mirou a reforma como um objetivo seu, de seu grupo e dos setores econômicos com que mantém interlocução e foi bem sucedido. Articulou com seus pares, construiu um bloco de poder, persuadiu e entregou o que foi possível de uma reforma cujo processo será sempre incremental, feito aos poucos.

O fato é que, até o momento, o Executivo não dispõe de nenhum dos recursos da política democrática: a articulação e a persuasão. Há clara incapacidade de coordenar e dirigir os diversos e naturais interesses políticos. Isto se manifesta em impasses cotidianos nas negociações entre o governo e o Legislativo e, normalmente, tem se dado com vitória do Parlamento, que tem ganho autonomia inédita na história recente do país.

Desta vez, também no Senado, interesses contraditórios se chocam: o governo pretende aprovar a reforma como veio da Câmara. Mas, interesses paralelos se impõem.

Em véspera de ano eleitoral, municípios pleiteiam um quinhão maior dos recursos excedentes do pré-sal.

E, por meio de um grupo de senadores, buscam estabelecer uma barganha: esses recursos em troca da aprovação da reforma da Previdência, em segundo turno. Em qualquer lugar do mundo, a barganha — em maior ou menor grau —

faz parte do processo de negociação. Aliás, a própria ideia de negociação pressupõe a barganha.

O problema não está aí, mas na reduzida capacidade de articulação e construção de consensos, de se antecipar fatos — de resto previsíveis — e estabelecer processos capazes de conciliar interesses ou, por outro, lado, constrange-los.

Nisto, o governo do presidente Jair Bolsonaro tem sido um vazio.

Seu eleitorado e setores do mercado — na maioria das vezes, despolitizados — tendem a tratar o conflito como imoral. Claro que o cuidado com a qualidade e o destino dos gastos públicos tem que ser discutido e, por precaução, definido em lei. E pode-se, sim, considerar que diante das circunstâncias fiscais este não seria o momento mais oportuno para partilhar recursos.

Mas, o problema não está aqui. A maior dificuldade reside na exiguidade de lideranças políticas com capacidade de articulação e persuasão, com habilidade até para constranger interesses, fazendo sua vontade. Isto, naturalmente, não pode depender de um único líder — seja o presidente da Casa Legislativa ou de uma liderança (abalada) do governo.

Em momentos assim, sente-se falta de uma elite política ativa e, naturalmente, da liderança — na direção correta e na forma sensata — de um presidente da República talhado para isso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram e Nicola Pamplona

Título: Saiba como funciona a partilha de recursos

Divisão de recursos de petróleo com estados e municípios vira moeda de troca e pode atrasar a reforma da Previdência

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O debate em tomo da reforma da Previdência, que parecia estar pacificado, ganhou contornos de crise nesta semana no Senado, nos momentos finais da análise do texto.

Senadores ameaçam não concluir a votação da reforma se o governo não cumprir acordos firmados. Entre os compromissos, está partilha de recursos de petróleo com estados e municípios.

*

Como começou a discussão sobre partilha? Em novembro de 2018, ainda durante o governo de transição, o então futuro ministro da Economia Paulo Guedes fez um aceno a parlamentares e governadores eleitos ao afirmar que repartiria com estados e municípios recursos obtidos na chamada cessão onerosa.

O que é cessão onerosa?

Pela lei, o Estado é dono das reservas minerais, como o petróleo, e tem a prerrogativa de transferir a empresas o direito de extrair esses bens. Em troca, recebe pagamentos previamente acertados. De modo genérico, quando a União cede a terceiros esse direito para fazer a exploração se diz que houve cessão onerosa.

Em 2010, durante o processo de capitalização da Petrobras, o governo cedeu à estatal o direito de produzir cinco bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal. Em troca, recebeu novas ações emitidas pela companhia.

Ao longo dos anos, foram identificados volumes muito maiores de reservas nessas áreas. Em 2014, o governo Dilma Rousseff chegou a tentar vender diretamente à Petrobras, por R\$ 15 bilhões, os volumes excedentes, mas a operação foi suspensa pelo Tribunal de Contas da União.

Agora, o governo pretende leiloar esses volumes, que estão divididos em quatro áreas da Bacia de Santos. Os vencedores do leilão terão direito a todas as reservas que excederem os cinco bilhões de barris já cedidos à Petrobras.

Qual a arrecadação prevista?

Caso as quatro áreas sejam vendidas, o bônus de assinatura somará R\$ 106 bilhões. O montante será pago pelos vencedores das propostas. O pagamento do montante deve ser feito especificamente à União, mas os demais entes da federação pleiteiam que ele seja partilhado. Desde 2018, o valor é cobçado especialmente por parlamentares, governadores e prefeitos, que negociam a divisão dos recursos.

Como seria a divisão?

Não há consenso e é nesse ponto que se instalou controvérsia e queda de braço entre os poderes. A Petrobras tem direito a receber cerca de R\$ 33 bilhões. Do restante, o governo havia acordado que seriam repassados 20% a estados e municípios. Depois foi convencido a ampliar esse percentual a ser partilhado para 30%.

O novo patamar foi aprovado pelo Senado e a proposta seguiu para a Câmara.

Parte dos deputados, porém, não concorda com os patamares estabelecidos no texto do Senado e não há acordo para votação na Câmara.

Para tentar destravar o processo, entrou em avaliação a possibilidade de o governo estabelecer os termos da partilha por meio de Medida Provisória, que teria validade

imediata. A proposta irritou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que entendeu a ideia como uma tentativa do governo de atravessar o Congresso.

Como essa discussão acabou interferindo na tramitação da reforma da Previdência?

Ao avaliarem os destaques na votação da reforma em primeiro turno, senadores derrubaram mudanças de valores para o pagamento de abono salarial, tirando do texto uma economia de 76,4 bilhões em 10 anos. Aprovaram os demais destaques, mas a reforma da ainda depende de aprovação em segundo turno. Senadores afirmam que só darão aval à segunda votação depois que o governo negociar o destravamento da cessão onerosa, cumprindo o acordo firmado.

Segundo líderes partidários, as sessões do plenário serão obstruídas até a aprovação da divisão dos recursos.

Se a divisão for destravada, estados e municípios receberão o dinheiro neste ano?

Os repasses seriam feitos pelo governo federal só em 2020. Guedes, porém, prometeu antecipar parte do pagamento, repassando R\$ 4 bilhões aos governos regionais neste ano.

Entre as reclamações, os senadores também cobram a liberação dos R\$ 4 bilhões prometidos. Pedem também o envio pelo governo da proposta de pacto federativo —conjunto de medidas que visam destinar mais recursos para estados e municípios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Disputa sobre rateio das verbas não tem impacto no cronograma, diz ANP

rio de janeiro A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) entende que a disputa pelo rateio do bônus não tem impacto no cronograma do leilão dos excedentes da cessão onerosa, agendado para o dia 6 de novembro. Catorze petroleiras foram habilitadas para participar da oferta.

A oferta ainda depende de autorização do TCU (Tribunal de Contas da União), mas a expectativa do setor e de autoridades é que não haja reviravoltas nesse sentido. O tema deve ser avaliado pela corte na próxima quarta (9).

O diretor-geral da ANP Décio Oddone, disse nesta quarta (2) que está tudo pronto para o leilão. “A discussão [no Congresso] é sobre a distribuição da parte dos estados e municípios”, disse. As últimas questões técnicas foram equacionadas no último dia 25.

Na ocasião, o ministro da Economia, Paulo Guedes, fez acordo com lideranças do Congresso para fatiar o projeto que tratava do leilão, aprovando em separado os termos de ressarcimento que o governo fará à Petrobras por mudanças nos preços do petróleo e no câmbio após a assinatura do contrato, em 2010.

Do bônus total arrecadado, o governo repassará à Petrobras R\$ 33 bilhões como ressarcimento —o texto liberando o repasse foi promulgado na última sexta (27). A disputa no Congresso se dá agora pelas regras do rateio da parcela de estados e municípios.

No leilão, o governo oferecerá reservas já descobertas pela Petrobras em quatro áreas do pré-sal, que excedem aos cinco bilhões de barris que a estatal tem direito a produzir. Se todas as áreas forem vendidas, a arrecadação será de R\$ 106 bilhões.

Mais da metade desse valor (R\$ 68,2 bilhões) referem-se ao bônus de assinatura do campo de Búzios, a maior das áreas em oferta. Já em operação, Búzios é hoje o segundo maior produtor de petróleo no país, com a média de 424 milhões de óleo e gás por dia em agosto.

A estatal decidiu exercer o direito de preferência para as áreas —Búzios e Itapu— e, por isso, pode escolher ter uma participação de 30% no projeto mesmo se perder o leilão. Os vencedores terão que ressarcir a estatal pelos investimentos já feitos nas áreas.

Principal beneficiado nas regras de rateio propostas pelo governo, com 3% do valor restante após o pagamento da Petrobras, o estado do Rio diz estar confiante de que os parlamentares não promoverão mudanças neste ponto.

“Acreditamos na sensibilidade dos deputados e na competência da nossa bancada.”, disse à Folha o secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio, Lucas Tristão. Ele argumenta que o Rio deve ganhar uma parcela maior porque os impactos da exploração ocorrem no estado.

“O estado precisa implantar políticas públicas para criar ambiente para o investimento e as empresas”, afirmou.

Além disso, diz, o contrato de cessão onerosa não prevê o pagamento de participação especial, uma espécie de imposto de renda cobrado sobre campos de grande produção, que é parte significativa da arrecadação estadual com o petróleo.

“O Rio já considera que esse percentual [proposto por Guedes] está abaixo do que seria se fossem utilizados os critérios dos royalties, que preveem 10%”, diz o deputado federal Christino Aureo (PP-RJ). “Não dá para abaixar, não.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Lá vem o sol

PAINEL S.A

Às vésperas da abertura de uma nova consulta pública para a revisão de resolução 482, da Aneel, que vai aprofundar a discussão sobre o subsídio a quem faz uso da energia solar, os lados opostos do debate se municiam de argumentos.

Calor

“Não é justo que só uma parcela de usuários usufrua. Com o subsídio, a rentabilidade dos projetos vai de 20% a 35% ao ano. Sem ele, que onera a tarifa dos demais consumidores, ficaria em 12% a 18%”, diz a Abradee (associação de distribuidores) contrária à permanência da ajuda.

Ligado

O mercado de geração de energia para o próprio consumo em empresas e residências tem potencial para crescer 400 vezes até 2030, de US\$ 600 milhões para US\$ 240 bilhões, segundo Emmanuel Lagarrigue, da francesa Schneider Electric. O executivo estima que a demanda de energia deve duplicar em 20 anos.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/10/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA E NAIRA TRINDADE

Título: Senadores mostram querer mais verbas e atenção

Na votação, houve críticas até de parlamentares alinhados ao governo. Pacto federativo e cessão onerosa são alvos de queixas

BRASÍLIA- A derrota do governo na votação dos destaques da reforma da Previdência no Senado na terça-feira, que custará R\$ 76,4 bilhões em dez anos aos cofres públicos, foi um duro recado ao Palácio do Planalto. Os parlamentares sinalizaram que, para aprovar temas de interesse do governo naquela Casa, querem mais atenção à distribuição de verbas para os estados e à liberação de recursos de emendas.

A aprovação do destaque que mantém a regra atual do abono salarial pegou de surpresa a equipe econômica e os líderes governistas. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), avalia que a Casa quis deixar a sua identidade na reforma da Previdência: — O tema do abono era muito caro aos senadores. E o Senado quis deixar a sua identidade, a sua marca no texto. Não conseguimos manter por que não havia ambiente. Além do ciúme da Câmara, havia demandas não atendidas.

ONZE VOTOS A MENOS

A revolta de parte dos senadores ficou explícita durante a votação. Apesar de favorável às mudanças na previdência, o líder do MDB, Eduardo Braga, votou contra o governo no destaque.

— Nós garantimos ao Brasil que votaríamos a PEC da Previdência em primeiro turno e dissemos ao governo: “Queremos medidas do pacto federativo. Queremos medidas para que possamos voltar a crescer” — disse Braga, deixando claro que as demais votações estão ameaçadas.

— Não daremos o próximo passo se o governo não tomar certas decisões.

O líder do PSB, senador Otto Alencar (BA), também discursou contra o governo durante a sessão: — Estamos dispostos a votar, mas é importante que o governo tome essa consciência de que os sete itens do pacto federativo não podem ser deixados de lado.

No mapeamento de Bezerra, cinco partidos que apoiam o governo votaram contra no destaque que tratava do abono, em uma demonstração da amplitude do problema que o governo terá de enfrentar. Foram quatro votos do Podemos, dois do MDB, dois do PSDB, dois do DEM e um do Pros. Na soma, foram 11 votos a menos, que ajudaram a oposição a manter a regra atual do abono.

Um dos motivos de insatisfação diz respeito ao acordo articulado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na semana passada, para acelerar o trâmite da chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) daces-são onerosa, que resultou no desmembramento do texto, deixando para um segundo momento a divisão dos recursos com estados e municípios.

Senadores também se queixam de que não são atendidos pelos ministros e fazem críticas a Paulo Guedes. A interlocutores, o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), reclamou que os parlamentares chegam a esperar mais de três meses por uma agenda com Guedes e demais ministros.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/10/2019

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar

Título: Crise institucional pelo pré-sal

Desde as mudanças de fevereiro, quando houve renovação histórica no Congresso Nacional, Câmara e Senado têm travado uma disputa por protagonismo na discussão da agenda econômica do governo, mas foi a falta de consenso sobre a divisão dos recursos do petróleo que deu ares de crise institucional ao Legislativo. A disputa envolve a divisão de recursos do leilão do pré-sal, marcado para 6 de novembro, entre União, estados e municípios.

Na briga pelo dinheiro, o senador Cid Gomes (PDT-CE) atacou o líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lira (AL), ao dizer que Lira é responsável por “achacar” o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na proposta que detalhou os critérios para a divisão. O governo espera arrecadar mais de R\$ 100 bilhões.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 152/19) destina 15% dos recursos para estados, 15% para municípios e 3% para o Rio de Janeiro, onde ficam as áreas do pré-sal. Os senadores, porém, querem uma fatia maior e, para tentar garantir mais recursos, ameaçaram travar o segundo turno de votação da reforma da Previdência.

“O presidente da Câmara está se transformando numa presa de um grupo de líderes liderado por aquele que é o projeto do futuro Eduardo Cunha brasileiro. O original está preso, mas está solto o líder do PP, que se chama Arthur Lira, que é um achacador”, afirmou Gomes.

O senador também acusou Lira de “adotar uma prática diária voltada para chantagem e de criação de dificuldades para encontrar propostas de solução”. Gomes teve que deixar o cargo de ministro da Educação de Dilma Rousseff, em 2015, porque chamou o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ), de “achacador”.

No plenário da Câmara, o presidente Rodrigo Maia defendeu Arthur Lira. “Nem governador, nem senador vai ameaçar a Câmara dos Deputados como eu fui ameaçado sábado à noite”, pontuou, referindo-se à pressão que afirma ter recebido para mudar os critérios de distribuição dos recursos.

Arthur Lira disse que vai processar o pedetista e defendeu a prerrogativa dos deputados para alterar os critérios definidos pelo Senado. “O senador apequena seu nome, e de seu estado, ocupando a tribuna levianamente, com dor de cotovelo, porque a maneira que ele pensou, talvez, não tenha sido acordada”, disse.

MME / ASCOM .